



**LEI Nº 5.510/2022  
DE 06 DE OUTUBRO DE 2022**

**“Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 5.176, de 25 de setembro de 2018, que *‘dispõe sobre o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério’*, para atender o Inciso I do § 1º do Art. 14 a Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e, dá outras providências.”**

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Sapucaí, MG, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º.** O Artigo 17 da Lei Municipal nº 5.176, de 25 de setembro de 2018, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 17.** Os cargos do Quadro Próprio do Magistério serão providos segundo o regime jurídico deste Estatuto, conforme abaixo:

**I.** Para os cargos de provimento efetivo, **mediante concurso público de prova e títulos;**

**II.** Para os cargos de provimento em comissão (Diretor da Divisão de Escolas Rurais e CMEI's, Diretor da Divisão de Programas e Projetos Pedagógicos, Diretor do Centro de Ensino Supletivo (CESU) “Joaquim Domingos Simões” e Secretário Municipal de Educação), **cargos de livre exoneração e nomeação, livre nomeação pelo Chefe do Poder Executivo; e**

**III.** Para os cargos de provimento em comissão referentes à Gestão Escolar (Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil, Diretor de Escola), **a escolha deverá ser realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho.”**

**Art. 2º.** A Lei Municipal nº 5.176/2018, de 25 de setembro de 2018, passa a vigorar acrescida dos Artigos 45-A, 45-B, 45-C, 45-D, 45-E, 45-F, 45-G, 45-H, 45-I, 45-J e 45-K:

**CAPÍTULO X  
DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CARGOS REFERENTES À GESTÃO ESCOLAR**

**Art. 45-A.** O processo de escolha para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola serão realizados até o 2º (segundo) mês do 1º (primeiro) Ano de mandato do Prefeito, em 3 (três) Etapas:

**I. Inscrição dos Candidatos para o processo de escolha dos cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de**





Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola;

- II. Avaliação de mérito e desempenho**, através de uma Comissão de Avaliação, ouvindo o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Educação, dos candidatos inscritos para o processo de escolha dos cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, de 2 (dois) candidatos para cada Unidade Escolar que possuem 1 (um) cargo ou menos de Vice-Diretor, e 3 (três) candidatos para as Unidades Escolares com mais de 1 (um) cargo de Vice-Diretor;
- III. Eleição pela Comunidade Escolar** para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola.

**Art. 45-B.** O mandato dos cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola será de 4 (quatro) anos, com início em 1º de março do 1º (primeiro) ano do mandato do Prefeito, permitida a reeleição para mais períodos, se assim a comunidade escolar julgar conveniente.

**Art. 45-C.** O Processo de eleição para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, através da Publicação de Edital, convocando para a eleição e indicando pré-requisitos e prazos para inscrição, homologação e divulgação dos candidatos inscritos, dia, hora e local de votação e apuração, credenciamento de fiscais de votação e apuração, além de outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral e modelos de formulários e Plano de Gestão.

**Parágrafo único.** Caberá a Comissão Eleitoral, prevista no Art. 45-G, publicar o referido Edital 45 (quarenta e cinco) dias antes do final do mandato em exercício, fixado em locais visíveis nas Instituições de Ensino e no site Oficial do Município, devendo, ainda, remeter aviso do edital aos pais ou aos responsáveis por aluno, com antecedência de 30 (trinta) dias.

**Art. 45-D.** Somente podem se inscrever como candidatos, os Professores efetivos da Rede Municipal de Santa Rita do Sapucaí, desde que devidamente habilitados e que atendam os seguintes critérios:

- I.** Ser Professor (a) da Rede de Ensino Municipal de Educação;
- II.** Possuir licenciatura em Pedagogia e/ou formação em outra Licenciatura Plena com Especialização (*Latu Sensu*), devidamente comprovada através de diploma reconhecido pelo MEC;
- III.** Ter cumprido o estágio probatório e ter no mínimo 5 (cinco) anos de efetivo exercício na Rede Pública de Ensino Municipal;





- IV. Não estar sofrendo processo disciplinar administrativo, na condição de servidor municipal, comprovado através de Declaração da Divisão de Benefícios e Pagamentos da Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Finanças;
- V. Não ter sido condenado, em ação penal por sentença irrecorrível, nos últimos três anos, comprovado através de certidão criminal emitida em cartório;
- VI. O exercício das funções de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola é incompatível com qualquer atividade político-partidária, devendo, o candidato, estar desfilado de qualquer partido na data da Inscrição.

§ 1º. Os candidatos interessados em concorrer ao processo de escolha para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola e, deverão apresentar juntamente com a Ficha de Inscrição, os seguintes documentos:

- I. *Curriculum Vitae* contendo nome do candidato, formação acadêmica e complementar, experiência profissional; e
- II. **Plano de Gestão.**

**Art. 45-E.** Encerrado o período de inscrição e publicado o resultado das impugnações das inscrições, caberá à Comissão de Avaliação, ouvindo o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Educação, avaliar os *Curriculums Vitae* e os **Planos de Gestão** e indicar os candidatos que concorrerão à eleição para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, que deverá ser publicado através de Edital.

§1º. Na análise dos *Curriculums Vitae* serão considerados a formação acadêmica e complementar, o tempo de serviço na Rede Pública Municipal e atuação como Gestor Escolar de Instituição de Ensino.

§ 2º. Em relação ao **Plano de Gestão**, será avaliada, principalmente, a coerência do Plano com a realidade atual da Instituição de Ensino, em consonância com o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino.

§ 3º - Deverá ser constituída uma Comissão de Avaliação, composta por 3 (três) membros indicados pelo Prefeito Municipal e nomeada através de Decreto Municipal, que ficará responsável pela avaliação dos *Curriculums Vitae* e dos **Planos de Gestão** dos candidatos inscritos para concorrerem à eleição para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, ouvindo o Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Educação.





**Art. 45-F.** A Eleição para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola será por voto direto, secreto e facultativo, ficando proibido o voto por representação, onde serão eleitos pela comunidade escolar.

**§ 1º - A Comunidade Escolar** compreende:

**I.** O pai ou a mãe ou o responsável direto pelo educando menor de 16 (dezesesseis) anos, quando da sua matrícula para o ano letivo, ou o educando maior de 16 (dezesesseis) anos; e

**II.** O corpo técnico, docente e administrativo em efetivo exercício na Instituição de Ensino.

**§ 2º -** O direito de voto será exercido uma só vez pelo eleitor.

**§ 3º.** Será considerado eleito para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$V = \frac{PA \times 40}{VVPA} + \frac{PF \times 60}{VVPF}$$

Onde:

- ✓ V = total de votos alcançados pelo candidato;
- ✓ PA = número de votos de pais e alunos para o candidato;
- ✓ VVPA = número total de votos válidos de pais e alunos;
- ✓ PF = total de votos de professores e funcionários para o candidato;
- ✓ VVPF = número total de votos válidos de professores e funcionários.

**§ 4º.** Não serão computados como válidos os votos nulos.

**§ 5º.** Para os cargos de Vice-Diretor de Escolas Municipais, serão eleitos os candidatos que ficarem em 2º (segundo) lugar e no 3º (terceiro), quando for o caso, no processo de eleição pela Comunidade Escolar.

**§ 6º.** Em caso de empate será considerado vencedor, em ordem de prioridade, o candidato que:

- I.** Tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, em conformidade com o Art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso;
- II.** Tiver a maior idade no ato da divulgação do resultado das Eleições pela Comunidade Escolar;
- III.** Tenha mais tempo de exercício no magistério Municipal; e
- IV.** Tenha mais tempo de exercício na Instituição de Ensino.

**§ 7º.** O candidato único deverá obter 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos votos válidos para ser considerado eleito.





**Art. 45-G.** Para dirigir o processo eleitoral da Rede Municipal de Ensino, será constituída uma Comissão Eleitoral designada através de Decreto do Poder Executivo, composta por:

- I.** 1 (um) **Representante** indicado pelo **Chefe do Poder Executivo**;
- II.** 1 (um) **Representante** indicado pela **Secretaria Municipal de Educação**;
- III.** 2 (dois) **Representantes** indicados pelo **Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - CACS - FUNDEB**, sendo que:
  - ✓ 1 (um) Representante deverá ser do segmento de Professores da Educação Básica Pública; e
  - ✓ 1 (um) Representante escolhido entre os segmentos que representam os Servidores Técnico-administrativos das Escolas Básicas Públicas, Pais de Alunos da Educação Básica Pública, Estudantes da Educação Básica Pública, Organizações da Sociedade Civil e Conselho Municipal de Educação.

**§ 1º.** Caberá à Comissão Eleitoral:

- I.** Constituir as mesas eleitorais e escrutinadoras necessárias em cada Instituição de Ensino com 1 (um) presidente e 1 (um) secretário para cada mesa, escolhidos dentre os integrantes da comunidade escolar;
- II.** Providenciar todo material necessário à eleição;
- III.** Orientar previamente os mesários e os candidatos sobre o processo eleitoral;
- IV.** Organizar e disciplinar o debate do programa de gestão e apresentação dos candidatos;
- V.** Divulgar com antecedência a data e o horário de funcionamento das urnas, de forma a garantir a participação do conjunto da comunidade escolar;
- VI.** Deverá lavrar ata com as ocorrências, a participação e o resultado do processo eleitoral, que ficará arquivada nas Instituições de Ensino;
- VII.** Resolver os casos omissos referentes à eleição e não previstos pelo Regimento Interno da escola ou do conselho escolar;
- VIII.** Receber e julgar recursos; e
- IX.** Encaminhar o resultado das Eleições, após julgados os recursos, para que a Secretaria Municipal de Educação providencie as nomeações, através de Decreto Municipal.

**Art. 45-H.** Qualquer impugnação relativa ao processo de eleição será arguida, por escrito, no ato de sua ocorrência à Comissão Eleitoral, que decidirá de imediato, dando





ciência ao impugnante, colhendo sua assinatura, bem como a do impugnado, quando couber.

§ 1º. Dos resultados referidos nos art. 45-D, 45-F e 45-G desta Lei, caberá recurso, no prazo de 2 (dois) dias, contado a partir da data de publicação do Resultado, destinado à Comissão Eleitoral.

§ 2º. Recebido o recurso, a Comissão Eleitoral, de imediato, dará ciência à parte interessada para que, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), apresente contestação, e decidirá o recurso no prazo de 2 (dois) dias, após recebimento da contestação.

§ 3º. Findo o período de impugnação e publicados os resultados, a Secretaria Municipal de Educação encaminhará à Secretaria Municipal de Governo o resultado das Eleições para nomeação dos eleitos, através de Decreto Municipal.

**Art. 45-I.** O Prefeito Municipal, ouvindo o Secretário Municipal de Educação, poderá nomear sem processo de escolha para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, nas seguintes hipóteses:

- I. Quando ocorrer a criação de novos cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil, Diretor de Escola;
- II. Caso a Instituição de Ensino não consiga realizar o Processo de escolha por falta de candidatos inscritos ou por falta de candidatos aprovados na fase de Avaliação de Mérito e Desempenho, até a realização do referido Processo;
- III. Nos casos de renúncia, aposentadoria, falecimento ou exoneração do eleito para os cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, antes do término do mandato;
- IV. Afastamentos para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa de sua família, repouso para gestante e para funcionária casada com funcionário(a) estadual, federal ou militar, previstos no Art. 54 da Lei Municipal nº 5.176, de 25 de setembro de 2018, interinamente, até o término das referidas Licenças;
- V. Quando houver afastamento do eleito nomeado devido à denúncia que possa ensejar a abertura de processo administrativo e ou sindicância até o encerramento do referido processo.





§ 1º. Nas Instituições de Ensino referidas no inciso I deste artigo, serão realizadas eleições para escolha do cargo de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil, Diretor de Escola em até 12 (doze) meses da publicação da Lei Complementar de criação do cargo ou até o 2º (segundo) mês do 1º (primeiro) Ano de mandato do Prefeito, o que ocorrer primeiro.

§ 2º. Na situação prevista no Inciso III deverá ter convocação de eleição, caso o prazo para conclusão do mandato seja superior a 12 (doze) meses.

**Art. 45-J.** Poderá ser exonerado dos cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, os eleitos nomeados que não cumprirem as políticas Educacionais ou Projetos Pedagógicos determinados pela Secretaria Municipal de Educação.

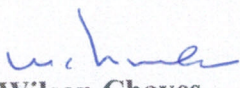
**Parágrafo Único.** Poderá ser afastado dos cargos de Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, o eleito nomeado que tiver denúncia que possa ensejar a abertura de processo administrativo e ou sindicância até o encerramento do referido processo.

**Art. 45-K.** As atuais nomeações para dos cargos para Professor Assistente das Escolas Rurais Municipais, Vice-Diretor de Escolas Municipais, Coordenador de Creches e Centros Municipais de Educação Infantil e Diretor de Escola, serão mantidas até a data da posse da próxima gestão.

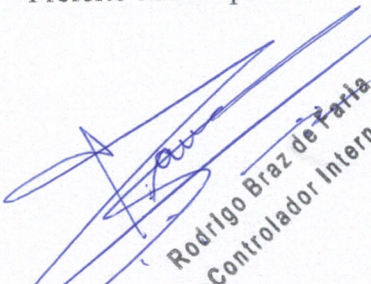
**Art. 3º.** Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registra-se e Publique-se.

Santa Rita do Sapucaí, 06 de outubro de 2022.

  
**Wander Wilson Chaves**  
Prefeito Municipal

Elaborado por:

  
**Rodrigo Braz de Faria**  
Controlador Interno